



PROJETO DE LEITINHO LEVA NOVA ODESSA AO SAMU REGIONAL HORTOLÂNDIA/SUMARÉ

Proposta foi assinada e prevê cooperação técnica, operacional, administrativa e financeira PÁG. 06

DOMINGO

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R\$ 5,00

Tribuna Liberal

20 de Setembro de 2026 Nº 9.863

35 anos

◆ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

DECRETO

Sumaré estica o prazo para as obras no Residencial Villa Flórida

A Prefeitura de Sumaré ampliou os prazos para a execução das obras de infraestrutura previstas no Residencial Villa Flórida. A mudança consta no Decreto nº 13.350/2026, publicado no Diário Oficial do Município. O novo texto altera dois incisos do artigo 4º do Decreto nº 12.291, de julho de 2024, que aprovou os planos de arruamento e loteamento do empreendimento. Segundo a administração municipal, a alteração considera a necessidade de adequação dos prazos para a execução dos melhoramentos públicos.

PÁGINA 03

Eleitorado 60+ dispara e já representa quase 30% dos votos em Americana



Eleitores idosos possuem influência considerável na votação em Americana

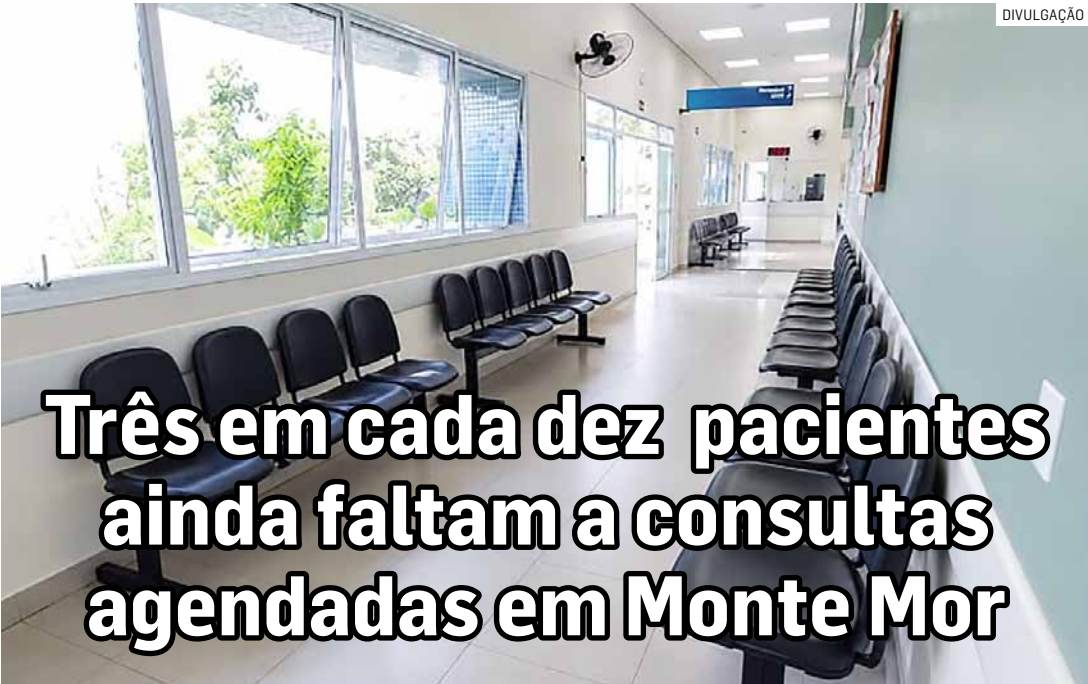
Cidade chega às eleições de outubro com 180.962 eleitores; 53.062 têm 60 anos ou mais, mulheres seguem sendo a maioria e ensino médio completo lidera o nível de escolaridade entre os votantes do município durante pleito geral do ano

Americana chegará às urnas em outubro com um eleitorado cada vez mais velho. Quase três em cada dez pessoas aptas a votar na cidade já têm 60 anos ou mais. São 53.062 eleitores nessa faixa, diante de apenas 16.561 entre 16 e 24 anos. A diferença mostra

uma mudança na composição de quem participa das eleições. As mulheres seguem maioria, enquanto a faixa dos 40 aos 44 anos reúne o maior grupo. Ao todo, 180.962 americanenses estão habilitados a votar nas eleições de 2026.

PÁGINA 05

AUSÊNCIA PREOCUPANTE

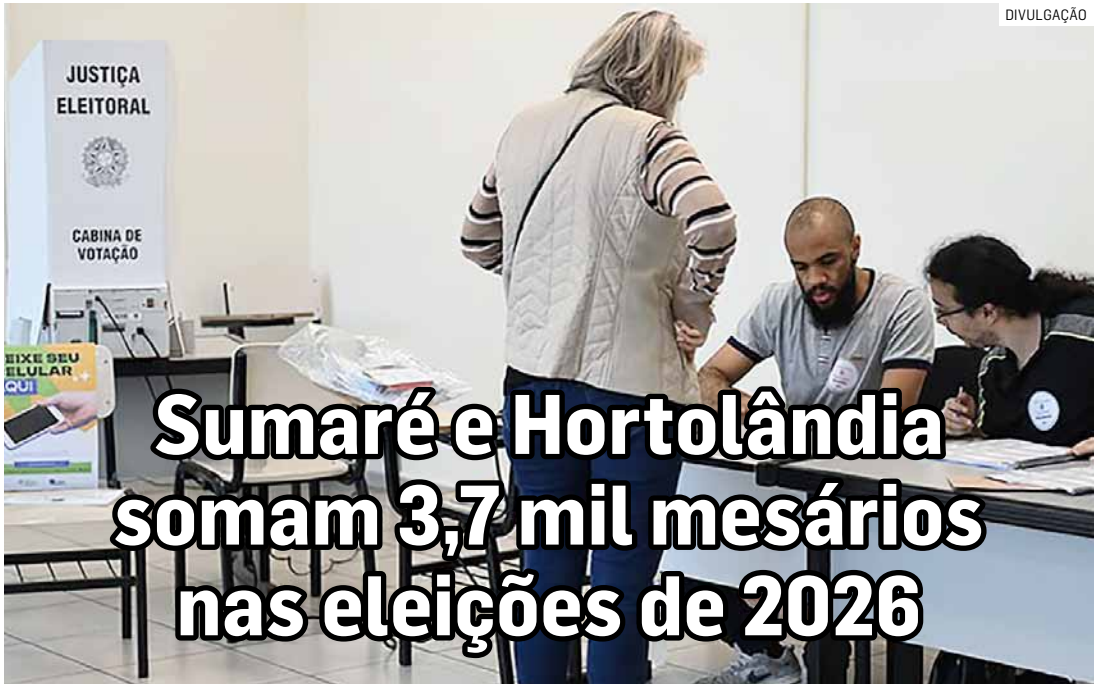


Três em cada dez pacientes ainda faltam a consultas agendadas em Monte Mor

Cerca de três em cada dez pacientes com consultas ou procedimentos agendados na rede municipal de Saúde de Monte Mor não comparecem ao atendimento. O índice de faltas se aproxima de 30%, segundo levantamento divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde. O volume de ausências preocupa porque cada horário perdido representa uma vaga que deixa de ser utilizada por outro paciente. Além de afetar a organização das unidades, as faltas também podem aumentar o tempo de espera de moradores que ainda aguardam atendimento.

PÁGINA 04

4 DE OUTUBRO



Sumaré e Hortolândia somam 3,7 mil mesários nas eleições de 2026

Sumaré e Hortolândia terão juntas 3.730 mesários voluntários trabalhando no primeiro turno das eleições de 2026, marcado para 4 de outubro. O maior contingente está em Sumaré, onde 1.999 pessoas se colocaram à disposição da Justiça Eleitoral. Em Hortolândia, são 1.731 voluntários. A quantidade de participantes mostra a dimensão da estrutura necessária para que a votação aconteça nas duas cidades. Os mesários ficam responsáveis pelo atendimento dos eleitores e pela rotina das seções durante todo o período em que as urnas permanecem abertas.

PÁGINA 09

INTERESSE SOCIAL

Paulínia dá aval para a construção de moradias no Nova Fontana

PÁGINA 08

DEPUTADO FEDERAL

DENIS ANDIA

1540

Acesse denisandia.com.br e conheça nossas propostas.

www.tribunaliberal.com.br

(19) 99674.0479

TEMOS **VAGAS!** DE EMPREGO

Buscando novas **oportunidades?** Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!

AE 50 ANOS

GRUPO A EXECUTIVA

CHARGE



Prefeitura de Sumaré amplia prazo para obras de infraestrutura no Villa Flórida

Decreto publicado pelo Executivo em diário oficial altera os prazos para a execução de redes de água, energia, drenagem e esgoto, além da pavimentação, instalação de guias, sarjetas e sinalização viária; ruas do loteamento já são batizadas

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré ampliou os prazos para a execução das obras de infraestrutura previstas no Residencial Villa Flórida. A mudança consta no Decreto nº 13.350/2026, publicado no Diário Oficial do Município.

O novo texto altera dois incisos do artigo 4º do Decreto nº 12.291, de julho de 2024, que aprovou os planos de arruamento e loteamento do empreendimento. Segundo a administração municipal, a alteração considera a necessidade de adequação dos prazos para a execução dos melhoramentos públicos.

Para a primeira fase, o empreendedor terá prazo máximo de 48 meses, contado a partir da assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade. Nesse período deverão ser executadas, às próprias custas, obras como abertura das vias de circulação conforme os perfis aprovados,



Decreto da Prefeitura estica prazos para execução da infraestrutura do Residencial Villa Flórida

implantação da rede de distribuição de água potável e das derivações para os lotes.

Também estão previstas nessa etapa as redes de energia elétrica domiciliar, iluminação pública, escoamento de águas pluviais e coleta de esgoto, incluindo

as respectivas ligações e estruturas necessárias.

Na segunda fase, o decreto também estabelece prazo máximo de 48 meses, contado a partir da assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade. Essa etapa compreende a

implantação de guias e sarjetas, pavimentação asfáltica das vias e sinalização horizontal e vertical.

As demais regras previstas no decreto que aprovou o loteamento foram mantidas. O novo ato entrou em vigor.

O Residencial Villa Flórida já aparece em diferentes atos do Legislativo municipal relacionados à denominação de ruas e avenidas do empreendimento. Registros da Câmara mostram projetos apresentados em 2026 para oficiali-

zar nomes de diversas vias do loteamento.

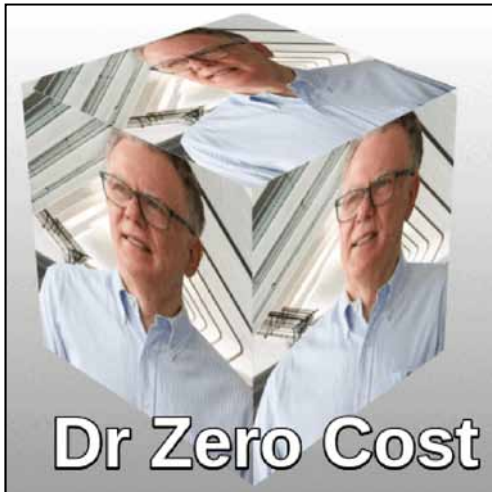
PREFEITURA ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE R\$ 145 MIL

Em outro decreto publicado na mesma edição do Diário Oficial, a Prefeitura abriu crédito adicional suplementar de R\$ 145 mil no orçamento da Câmara Municipal de Sumaré.

O Decreto nº 13.351 destina R\$ 45 mil para diárias de pessoal civil e R\$ 100 mil para obrigações patronais.

Os recursos serão obtidos por meio da anulação parcial de outras dotações do próprio orçamento do Legislativo. Foram reduzidos R\$ 120 mil da rubrica de auxílio-alimentação e outros R\$ 25 mil destinados a serviços de terceiros contratados como pessoa jurídica.

A alteração não representa, portanto, aumento de R\$ 145 mil no orçamento global, mas uma redistribuição entre dotações já previstas para a Câmara Municipal.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (487) *De quem é o seu rastro?*

A poucos quilômetros de onde escrevo, na Chácara Recreio Alvorada, ergueu-se um dos maiores data centers da Microsoft no Brasil. Outro vem por aí, e mais alguns na vizinha Sumaré. Sem alarde, Hortolândia virou um ponto no mapa mundial da informação. É curioso: uma das maiores infraestruturas de dados do planeta pousou no nosso quintal.

Vale a pena parar diante disso, porque ali se guarda algo que já foi chamado de petróleo do nosso tempo. A comparação, no entanto, é imperfeita. Petróleo se extrai, se queima e acaba. Dado não. Ele se acumula, se replica, é cruzado com outros dados e gera continuamente novas informações. Quanto mais alguém possui, mais capacidade adquire de produzir valor, previsão, influência e poder.

Dado, portanto, não é apenas o novo petróleo. É uma nova forma de capital.

E capital nunca foi só riqueza. É poder. Aí mora o primeiro incômodo.

Quando enviamos nossos dados para servidores de empresas estrangeiras, não os perdemos como quem perde um objeto. Eles são copiados, armazenados, processados, correlacionados e convertidos em informação econômica. Mas uma parte importante do valor que produzem pode ser apropriada longe daqui.

É como mandar minério para fora e comprar de volta o aço.

Exportamos barato o que somos; importamos caro o que fizeram com isso.

O professor José Luís Fiori nos lembra, em sua obra, que moeda, crédito e dívida pública nunca foram meros instrumentos contábeis. Ao longo da história, foram instrumentos de poder, construção estatal e expansão econômica.

Se isso é verdade, uma pergunta se impõe: por que o Estado não poderia mobilizar crédito, investimento e planejamento também para construir soberania tecnológica?

Nuvem nacional. Infraestrutura própria. Capacidade de armazenamento e processamento instalada no país. Dados estratégicos protegidos por regras nacionais. Conhecimento gerado aqui. Valor econômico retido aqui.

Não é fantasia.

A China, em larga medida, trilhou esse caminho. Criou regras duras para segurança e circulação de dados, limitou determinadas transferências internacionais e, ao mesmo tempo, investiu fortemente na construção de infraestrutura tecnológica doméstica, em nuvens próprias e em grandes empresas nacionais.

Regulou para reter.

E investiu para ter onde reter.

Mas aqui começa a parte mais difícil.

Soberania externa não significa, por si só, liberdade interna.

Uma arquitetura capaz de reduzir a dependência de empresas estrangeiras pode, ao mesmo tempo, ampliar o poder do próprio Estado sobre informação, vigilância e comportamento.

Trazer o dado para dentro do território nacional não basta para proteger o cidadão.

O risco é apenas trocar quem concentra poder sobre ele.

Sai o domínio do capital estrangeiro. Entra o domínio do Estado nacional. Um senhor distante por outro mais próximo — e, justamente por isso, talvez mais difícil de conter.

É este o nó que não podemos fingir que não existe.

A pergunta verdadeira nunca foi apenas onde mora o dado.

É quem tem poder sobre ele.

E, sobretudo, quem limita esse poder.

É aí que entra a Lei Geral de Proteção de Dados.

A LGPD parte de uma ideia decisiva: o cidadão não pode ser reduzido a matéria-prima de empresas, governos ou sistemas automatizados.

Ela estabelece princípios como finalidade, necessidade, transparência, segurança, prevenção e responsabilização. E coloca no centro algo ainda mais importante: a autodeterminação informativa.

Em outras palavras, a pessoa deve conservar direitos sobre o tratamento das informações que dizem respeito a ela.

Isso muda tudo.

Porque a LGPD não protege o cidadão apenas contra empresas privadas. Ela também impõe limites e deveres ao Poder Público.

E esse ponto é fundamental.

Soberania de dados sem proteção de dados pode apenas nacionalizar a vigilância.

Proteção de dados sem capacidade tecnológica própria pode apenas institucionalizar a dependência.

O desafio brasileiro está justamente em combinar as duas coisas.

Precisamos de infraestrutura tecnológica nacional, capacidade de armazenamento e processamento, seguran-

ça digital, ciência de dados e autonomia estratégica.

Mas tudo isso submetido à lei.

Submetido a direitos.

Submetido a instituições capazes de limitar tanto o poder econômico quanto o poder estatal.

O cidadão não deveria ser obrigado a escolher entre ser matéria-prima de uma plataforma estrangeira ou objeto de vigilância de seu próprio governo.

Existe um terceiro caminho.

Mais difícil, menos espetacular, mas muito mais civilizado.

Dados estratégicos protegidos no país.

Tecnologia desenvolvida aqui.

Valor econômico retido aqui.

E poder submetido a instituições que respondem ao cidadão.

Mas há ainda um risco adicional.

Talvez o problema do nosso tempo não seja apenas perder soberania sobre os dados. Talvez seja entregar, ao mesmo tempo, os caminhos por onde esses dados circulam, os sistemas que os processam, os algoritmos que os interpretam e as plataformas que organizam nossa vida econômica e social.

Quando poucos controlam a infraestrutura, os acessos, os algoritmos e as regras de participação, já não estamos falando apenas de empresas muito grandes.

Estamos falando de poder privado com características quase territoriais.

Yanis Varoufakis chama esse fenômeno de tecnofeudalismo.

Talvez o nome pareça exagerado.

Talvez o exagero esteja em achar normal que tanto poder caiba em tão poucas mãos.

No velho feudalismo, o poder vinha da posse da terra.

No novo, pode vir da posse da infraestrutura digital.

O cidadão deixa de ser súdito da terra.

E passa a ser súdito da plataforma.

O data center do bairro continuará lá, silencioso, guardando os rastros de milhões de vidas.

E pensar que tudo isso cabe num prédio do outro lado da cidade.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (10 VAGAS)
Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJ. DE HIGIENIZAÇÃO (PCD)

AJUDANTE DE INSTALADOR

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSIST. DE DEPTO. PESSOAL

AUXILIAR DE ESTOQUE

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (PCD)

BALCONISTA DE PADARIA

CONFERENTE

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ENC. DE EXPEDIÇÃO

ESTOQUISTA

OPERADOR DE MÁQUINAS

REPOSITOR

SEPARADOR

TECELÃO DE FITAS

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

VENDEDOR(A) DE LOJA

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP |  (19) 3476.8620

HORÁRIO PERDIDO

Três em cada dez pacientes faltam a consultas médicas em Monte Mor

Índice de ausência na rede municipal se aproxima de 30% e deixa horários ociosos que poderiam ser destinados a outros moradores que aguardam atendimento; casos são prejudiciais para os usuários e atrapalham organização

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Cerca de três de cada dez pacientes com consultas ou procedimentos agendados na rede municipal de Saúde de Monte Mor não comparecem ao atendimento. O índice de faltas se aproxima de 30%, segundo levantamento divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde.

O volume de ausências preocupa porque cada horário perdido representa uma vaga que deixa de ser utilizada por outro paciente. Além de afetar a organização das unidades, as faltas também podem aumentar o tempo de espera de moradores que ainda aguardam atendimento.

A situação também pode prejudicar o próprio acompanhamento de quem deixa de comparecer. Consultas periódicas são impor-

tantes para avaliar a evolução do quadro de saúde, solicitar exames, ajustar tratamentos e definir novas condutas quando necessário.

Segundo a Secretaria de Saúde, a alta procura pelos serviços torna ainda mais importante o aproveitamento de todos os horários disponíveis. Quando uma pessoa não aparece e não comunica previamente a unidade, a equipe tem dificuldade para destinar aquela vaga a outro usuário.

AVISO PRÉVIO

O secretário municipal de Saúde, Wagner Tegon, reforçou que a ausência não afeta apenas quem tinha o atendimento marcado. Segundo ele, há outros pacientes esperando pela mesma oportunidade e o aviso prévio permite reorganizar a agenda.

A orientação para quem já sabe que não conseguirá comparecer é entrar em contato com a unidade responsável pelo atendimento. A recomendação é que o cancelamento seja informado, sempre que possível, com pelo menos 24 horas de antecedência.

Com a comunicação antecipada, o horário pode ser reorganizado e eventualmente repassado a outra pessoa que aguarda consulta ou procedimento na rede municipal.

A Secretaria de Saúde também alerta que manter os atendimentos em dia ajuda a evitar interrupções no tratamento e permite que problemas sejam identificados mais cedo. O comparecimento às consultas, portanto, tem impacto tanto no cuidado individual quanto no funcionamento do sistema público de saúde da cidade.



**Regularize
seus débitos!**

FIQUE EM DIA
SUMARÉ
Até **100%**
de desconto
em multas e juros

para mais informações entre em contato:
 **19 3399-5421**
iptu@sumare.sp.gov.br

SECRETARIA DE FINANÇAS



PREFEITURA DE
SUMARÉ
DE TODOS



parcelamento
em até 12x
no cartão de crédito





Sumaré e Hortolândia mobilizam 3,7 mil mesários

➔ LEIA MAIS NA PÁGINA 09

Eleitorado envelhece e grupo acima de 60 anos já supera 53 mil em Americana

Segundo estatística recente do TSE, município tem 180,9 mil pessoas aptas a votar nas eleições de outubro; mulheres são maioria, faixa dos 40 aos 44 anos concentra mais eleitores e ensino médio completo lidera entre os níveis de escolaridade

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O avanço da população mais velha já aparece de forma clara no perfil de quem irá às urnas em Americana nas eleições deste ano. Dos 180.962 eleitores aptos a votar no município, 53.062 têm 60 anos ou mais, o equivalente a 29,3% de todo o eleitorado local. Os dados fazem parte das estatísticas mais recentes divulgadas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para as eleições de 2026.

O número chama atenção quando comparado ao eleitorado mais jovem. Americana reúne 16.561 eleitores com idade entre 16 e 24 anos. Dessa forma, o grupo com 60 anos ou mais é 3,2 vezes maior que a parcela dos votantes mais jovens.

O cenário local acompanha uma tendência observada em todo o país. Segundo o TSE, o número de eleitores brasileiros com 60 anos ou mais passou de 32,8 milhões em 2022 para 37,4 milhões em 2026. A participação dessa faixa etária no eleitorado nacional avançou de 21,02% para 23,60% em quatro anos.

Em Americana, a maior faixa individual de eleitores está entre 40 e 44 anos, com 18.236 pessoas. Na sequência aparecem os moradores de 45 a 49 anos, com

17.641 eleitores, e aqueles entre 35 e 39 anos, que somam 16.751. Também têm peso expressivo os eleitores de 50 a 54 anos, com 15.347 registros; de 55 a 59 anos, com 15.004; de 30 a 34 anos, com 14.902; e de 60 a 64 anos, com 14.869.

Entre os mais idosos, há 12.848 eleitores com idade entre 65 e 69 anos, 9.761 de 70 a 74 anos e 6.526 entre 75 e 79. Americana ainda contabiliza 3.975 votantes entre 80 e 84 anos, 2.353 entre 85 e 89 anos e 1.242 na faixa dos 90 aos 94 anos.

Outro dado que chama atenção é o número de eleitores com idade mais avançada. São 798 pessoas entre 95 e 99 anos e outras 690 com 100 anos ou mais inscritas para votar no município.

Na outra ponta, Americana tem 247 eleitores de 16 anos e 576 com 17 anos. Aos 18 anos, quando o voto passa a ser obrigatório, são 1.577 pessoas. O município ainda registra 1.901 eleitores de 19 anos, 2.295 de 20 anos e 9.965 entre 21 e 24 anos.

MULHERES SÃO MAIORIA

As mulheres continuam representando a maior parcela do eleitorado amERICANENSE. São 95.958 eleitoras, correspondentes a aproximadamente 53% do total. Os homens somam 84.941, ou 46,9%.

Americana tem 690 eleitores com 100 anos ou mais inscritos para votar



A diferença entre mulheres e homens chega a 11.017 eleitores. Isso significa que, a cada 100 pessoas aptas a votar na cidade, aproximadamente 53 são mulheres e 47 são homens.

ESCOLARIDADE

O ensino médio completo aparece como o nível de escolaridade mais comum entre os eleitores de Americana. São 58.925 pessoas nessa situação, o equivalente a 32,6% de todo o eleitorado. Outros 34.792 elei-

tores, ou 19,2%, têm ensino fundamental incompleto. O ensino médio incompleto aparece em seguida, com 30.276 pessoas, representando 16,7%.

O município ainda possui 26.007 eleitores com ensino superior completo, cerca de 14,4% do total, além de 11.796 com superior incompleto.

Há ainda 14.270 eleitores com ensino fundamental completo, 3.490 classificados no cadastro eleitoral como pes-

soas que leem e escrevem e 1.406 eleitores registrados como analfabetos.

ELEITORADO CRESCE POUCO

Apesar das mudanças no perfil etário, o tamanho do eleitorado de Americana praticamente não mudou desde a última eleição presidencial. A cidade passou de 180.219 eleitores em 2022 para 180.962 neste ano.

O acréscimo foi de 743 pessoas em quatro anos, crescimento de apenas

0,41%. Americana permanece como o segundo maior colégio eleitoral entre as seis cidades de cobertura do **Tribuna Liberal**, atrás apenas de Sumaré, que possui 199.745 eleitores.

O primeiro turno das eleições gerais será realizado em 4 de outubro. Os eleitores de Americana irão às urnas para escolher presidente da República, governador de São Paulo, senadores, deputados federais e deputados estaduais.



Direito Médico e da Saúde

Lanna Vaughan Romano

é advogada especialista em Direito Médico, Direito da Saúde, Direito da Farmácia e do Medicamento

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com
Rede social- instagram: dra.lanna_vaughan

Planos de saúde e o acesso a tratamentos: entre a prescrição médica e a negativa de cobertura

O acesso a tratamentos de saúde adequados e tempestivos constitui uma das principais preocupações da sociedade brasileira. Diariamente, milhares de cidadãos contratam serviços de assistência privada na expectativa de contar com suporte integral nos momentos de vulnerabilidade clínica. Contudo, tem se tornando cada vez mais comum o embate entre a conduta prescrita pelo médico assistente e a recusa de cobertura manifestada pelas operadoras de planos de saúde.

Diante desse cenário, compreender os limites da atuação das operadoras e

os direitos assegurados ao consumidor é fundamental para a preservação da saúde e da segurança jurídica das relações assistenciais.

A SOBERANIA DA CONDUTA MÉDICA

Um dos princípios basilares consolidados pelo Direito à Saúde no Brasil é o de que a definição do tratamento, medicamento ou procedimento mais adequado ao paciente cabe exclusivamente ao profissional médico legalmente habilitado.

As operadoras de planos de saúde possuem a prerrogativa contratual de eleger

quais doenças ou especialidades estão cobertas pela apólice (conforme as segmentações ambulatorial, hospitalar e obstétrica). No entanto, uma vez coberta a patologia, a escolha da terapêutica necessária para combatê-la não pode ser cerceada ou substituída por critérios puramente administrativos ou de contenção de custos da operadora.

O ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS E OS TRATAMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE

Historicamente, muitas negativas de cobertura fundamentavam-se na ausência de inclusão prévia de determinados exames, próteses ou medicamentos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Todavia, a jurisprudência e a legislação vigente pacificaram o entendimento de que a lista estabelecida pela agência reguladora representa uma referência básica de cobertura mínima obrigatória. Dessa forma, é admissível a cobertura de tratamentos que ainda não constem expressamente daquele catálogo, desde que cumpridos requisitos essenciais, tais como:

1. Existência de prescrição médica detalhada que justifique a necessidade clínica;
2. Comprovação científica da eficácia da conduta prescrita (medicina baseada em evidências);
3. Inexistência de procedimento substitutivo similar já incorporado ao rol, ou

o esgotamento das alternativas terapêuticas tradicionais sem sucesso.

COMO PROCEDER DIANTE DE UMA NEGATIVA

Ao se deparar com a negativa de autorização para cirurgias, internações, medicamentos de alto custo ou exames especializados, o consumidor deve adotar medidas imediatas para salvaguardar seus direitos:

- **Exigir a negativa formal e por escrito:** É dever da operadora fornecer a justificativa detalhada da recusa no prazo legal;
- **Municar-se de relatório médico circunstanciado:** O médico assistente deve consignar a gravidade do quadro, a evolução clínica e a indispensabilidade daquele tratamento específico, indicando a urgência da medida, se houver;
- **Buscar a via administrativa ou judicial:** Diante da manutenção da recusa injustificada, é possível acionar os canais de fiscalização (como a própria ANS e os órgãos de proteção ao consumidor) ou recorrer ao Poder Judiciário, inclusive por meio de pedidos de tutela de urgência em situações de risco à vida ou à integridade do paciente.

A saúde, como direito fundamental, não pode ter sua eficácia esvaziada por entraves meramente burocráticos. O equilíbrio entre a sustentabilidade do setor de saúde suplementar e a dignidade do paciente exige transparência, responsabilidade ética e respeito rigoroso às garantias legais.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Leitinho encaminha projeto para integrar Nova Odessa ao Samu Regional Hortolândia/Sumaré

Proposta enviada à Câmara autoriza convênio com Hortolândia, prevê entrada de Nova Odessa na estrutura regional do Samu 192 e estima impacto de R\$ 575,5 mil em 2027, segundo Chefe do Executivo

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Nova Odessa, Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que autoriza o município a celebrar convênio com Hortolândia para integrar oficialmente Nova Odessa ao Samu 192 Regional Hortolândia/Sumaré. A proposta foi assinada e prevê cooperação técnica, operacional, administrativa e financeira para a prestação do atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência.

Na prática, o projeto abre caminho para que Nova Odessa passe a fazer parte da estrutura regionalizada de regulação médica do Samu, vinculada à Central de Regulação de Urgência Hortolândia/Sumaré. O município afirma que a medida pretende ampliar a organização do atendimento, integrar os fluxos de urgência e emergência e permitir o acesso às regras de financiamento previstas para a Rede de Atenção às Urgências do SUS.

A Prefeitura sustenta que a iniciativa decorre da necessidade de fortalecer a rede de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde e de inserir Nova Odessa em uma estrutura regional de atendimento móvel.

O Executivo informou ainda que o município já participa das pactuações regionais relativas à expansão do Samu 192 e que o ingresso de Nova Odessa foi homologado pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, a CIB-SP.

Segundo o documento, também está prevista uma Unidade de Suporte Básico vinculada à Central de Regulação de Urgência Hortolândia/Sumaré.

A Prefeitura argumenta que a integração permitirá acesso à regulação médica regional, qualificação permanente das equipes, melhoria dos fluxos de atendimento e uso mais eficiente dos recursos públicos destinados à saúde.

O projeto encaminhado pelo prefeito estabelece que o convênio poderá abranger a cooperação necessária para a execução dos serviços do Samu 192 Regional. As despesas decorrentes da futura lei serão custeadas por dotações próprias do orçamento municipal, com possibilidade de suplementação, se necessário.

IMPACTO FINANCEIRO

A documentação enviada à Câmara inclui um estudo de impacto orçamentário-financeiro para os três primeiros exercícios previstos após a implantação.



Proposta representa mais uma etapa do processo de regionalização do atendimento de urgência na região

Para 2027, o custo estimado para o ingresso de Nova Odessa no Samu Regional é de R\$ 575.541,60. O valor representa 0,1355% da Receita Corrente Líquida projetada para o exercício, estimada em aproximadamente R\$ 424,75 milhões.

Em 2028, a projeção de gasto sobe para R\$ 608.635,24, equivalente a 0,1327% da Receita Corrente Líquida prevista, de cerca de R\$ 458,73 milhões.

Para 2029, o impac-

to estimado chega a R\$ 642.110,18, representando 0,1296% de uma Receita Corrente Líquida projetada em aproximadamente R\$ 495,43 milhões.

Somados, os três exercícios representam um impacto estimado de cerca de R\$ 1,83 milhão.

O estudo informa que o valor previsto para 2027 foi calculado a partir dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Para os anos seguintes,

foram utilizados índices de inflação disponíveis no relatório Focus, do Banco Central, já que ainda não havia estimativas próprias de custo para 2028 e 2029.

Em declaração anexada ao processo, o secretário de Finanças e Planejamento, Brauner Antonio Feliciano, afirma que o ingresso no Samu Regional provocará aumento de despesa, mas considera que a medida possui compatibilidade com o planejamento

financeiro e orçamentário do município.

O documento registra ainda que, apesar do aumento dos gastos, a administração entende que a adesão trará benefícios ao município.

A Prefeitura afirma que há necessidade de concluir os procedimentos administrativos exigidos pelos órgãos gestores do SUS para operacionalização do serviço, formalização da cooperação entre os municípios e integração da Unidade de Suporte Básico de Nova Odessa à Central de Regulação de Urgência de Hortolândia/Sumaré.

Segundo o Executivo, a tramitação mais rápida permitiria avançar nos procedimentos necessários para implantação e aprimoramento do atendimento de urgência e emergência à população.

Antes de ser enviado à Câmara, o projeto passou por análise técnica e jurídica interna da administração municipal. A Prefeitura afirma que a proposta foi considerada regular quanto aos aspectos formais e materiais e apta a seguir para apreciação dos vereadores.

CONVÊNIO DEPENDE DA CÂMARA

Apesar de o município já ter avançado nas tratativas regionais, a adesão depende da autorização do Legislativo.

O artigo primeiro do projeto autoriza formalmente o Poder Executivo a celebrar o convênio com Hortolândia. O segundo artigo estabelece que a parceria terá como finalidade garantir a cooperação necessária à execução do atendimento pré-hospitalar móvel.

Caso o projeto seja aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito, a lei entra em vigor.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Quem decide quanto vale uma comida?

Sardinha é comida simples. Moela é comida de boteco. Polenta, fubá e mandioca, dependendo de onde e por quem são servidos, ainda carregam uma ideia de comida popular, cotidiana, pouco sofisticada. Mas é interessante observar como essa percepção muda quando alguns desses mesmos ingredientes aparecem em um restaurante, preparados por um chef, servidos em uma louça bonita e descritos de outra forma no cardápio. A comida pode não ter mudado tanto. O nosso olhar sobre ela, sim.

Essa discussão me interessa porque estamos acostumados a pensar no valor da comida a partir daquilo que ela oferece nutricionalmente. Como nutricionista, obviamente isso importa. Só que comida também tem valor econômico, cultural e simbólico, e essas coisas nem sempre caminham juntas.

Pense na sardinha e no salmão. Não porque seja necessário escolher qual deles é melhor, mas porque a comparação

mostra como preço e prestígio interferem na nossa percepção. Os dois fornecem proteínas e podem contribuir com ômega-3. A sardinha ainda oferece vitamina B12 e, quando consumida com as espinhas, pode ser uma fonte interessante de cálcio. O fato de custar menos não a torna nutricionalmente inferior. Socialmente, porém, basta imaginar os dois em um cardápio para perceber que eles não ocupam exatamente o mesmo lugar.

Isso acontece porque nossas escolhas alimentares nunca foram determinadas apenas por fome ou necessidade nutricional. Comida também comunica pertencimento, identidade e posição social. Ao longo da história, alimentos e preparações ganharam ou perderam prestígio conforme mudaram as pessoas que os consumiam e os espaços onde passaram a circular.

A moela é um bom exemplo. Para muita gente, ela lembra comida de avó, bo-

teco ou uma cozinha em que aproveitar diferentes partes do animal sempre foi normal. Em outro contexto, ingredientes considerados menos nobres recebem técnicas elaboradas, apresentação cuidadosa e passam a fazer parte de experiências gastronômicas sofisticadas. Não há problema algum nisso. Gastronomia também é técnica, criatividade e transformação. O interessante é perceber como rapidamente mudamos nossa opinião sobre uma comida quando muda tudo aquilo que existe ao redor dela.

O mesmo raciocínio aparece quando falamos em alimentação saudável. É verdade que preço, renda, acesso e tempo para cozinhar interferem diretamente no que conseguimos colocar à mesa. Mas também construímos uma imagem de alimentação saudável associada a determinados alimentos e produtos que carregam mais prestígio.

Salmão, frutas vermelhas, castanhas, iogurtes proteicos, barrinhas e suplementos podem fazer sentido em diferentes contextos. O problema é acreditar que uma alimentação nutricionalmente boa depende deles. Feijão, ovo, sardinha, milho, mandioca e frutas da estação podem compor uma alimentação de excelente qualidade sem carregar a mesma imagem de sofisticação.

Preço e qualidade nutricional não são sinônimos. E um alimento também não melhora sua composição porque ganhou uma embalagem bonita, um nome em inglês ou apareceu na rotina de alguém que acompanhamos nas redes sociais.

Mas essa conversa fica ainda mais interessante quando saímos da nutrição. Quando chamamos alguma coisa de “comida de pobre”, não estamos classifican-

do apenas ingredientes. Estamos atribuindo um valor social àquela comida e, mesmo sem perceber, às pessoas e aos contextos relacionados a ela. É curioso que alguns desses mesmos alimentos possam deixar de ser considerados simples quando aparecem em outro ambiente e são legitimados por outro público.

A mandioca é um ótimo exemplo brasileiro. Sua presença na nossa alimentação é muito anterior à própria ideia de uma culinária nacional. Povos indígenas já dominavam seu cultivo e desenvolveram diferentes técnicas de processamento, e ela atravessou séculos e regiões até chegar às inúmeras formas como aparece hoje nas cozinhas brasileiras. Valorizar essa história, no entanto, não significa romantizar pobreza ou escassez. Existe uma diferença enorme entre aproveitar integralmente um alimento por cultura e conhecimento culinário e fazê-lo porque não existem outras possibilidades.

Por isso, acho pouco interessante trocar uma hierarquia por outra. Não precisamos dizer que sardinha é melhor que salmão, que comida simples é sempre melhor que comida sofisticada ou que tudo aquilo que é tradicional é automaticamente saudável. A questão é perceber de onde vêm alguns dos valores que atribuímos ao que comemos.

Porque, quando perguntamos quanto vale uma sardinha, uma moela ou um pedaço de mandioca, podemos estar falando de preço ou de nutrientes. Mas também podemos estar falando de história, acesso, identidade e prestígio. E olhar para tudo isso ajuda a entender por que, muitas vezes, o que muda não é exatamente a comida, mas o valor que aprendemos a enxergar nela.

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Hortolândia cria Câmara de Mediação para resolver conflitos sem ação judicial

Novo órgão vai buscar acordos entre Prefeitura, servidores, empresas e contribuintes, incluindo dívidas, contratos, indenizações, questões ambientais e acesso a serviços públicos, antes de disputas chegarem ao Poder Judiciário

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia criou uma Câmara de Mediação para tentar resolver conflitos envolvendo o poder público por meio de acordos, antes que as disputas cheguem à Justiça. A medida foi instituída pela Lei 4.693/2026, publicada no Diário Oficial do Município, e inclui situações envolvendo contribuintes, servidores, empresas e acesso a serviços públicos.

A CMCA (Câmara de Mediação e Consensualidade Administrativa) ficará ligada à Procuradoria-Geral do Município, dentro da Secretaria de Assuntos Jurídicos. O novo órgão poderá atuar em controvérsias que envolvam a administração direta e indireta, desde que sejam questões em que a legislação permita negociação e composição entre as partes.

Entre os casos previstos estão contratos administrativos, cobranças de impostos, taxas e multas, pedidos de indenização contra o município, questões ambientais e urbanísticas e demandas relacionadas a serviços públicos.



Nova Câmara de Mediação de Hortolândia vai atuar na solução consensual de conflitos locais

Também poderão ser discutidos temas funcionais de servidores, como remoção, enquadramento e verbas remuneratórias, quando houver possibilidade legal de acordo.

O Sindicato dos Servidores Públicos poderá participar das negociações e apresentar demandas em nome da categoria. Empresas e

proprietários também poderão buscar a Câmara para firmar termos de ajustamento de conduta relacionados, por exemplo, a irregularidades ambientais ou urbanísticas.

A estrutura também poderá atuar em pedidos ligados a vagas em creches e escolas municipais e ao fornecimento de medica-

mentos. Nesses casos, a lei determina que sejam preservadas as políticas públicas existentes e a igualdade de tratamento entre os moradores.

Um dos principais focos deverá ser a negociação de dívidas com a Prefeitura. Poderão entrar nos acordos débitos tributários, como IPTU e ISS, além de dí-

vidas não tributárias, entre elas multas ambientais. A negociação será possível inclusive quando o débito já estiver inscrito em dívida ativa ou tiver cobrança em andamento na Justiça.

Até 31 de março de 2027, a legislação prevê condições especiais para regularização. Quem quitar a dívida à vista poderá obter

redução de até 100% dos juros e multas por atraso, de acordo com as regras previstas na própria lei e com a forma de pagamento estabelecida.

A norma também autoriza o parcelamento em até dez vezes de honorários administrativos ou de sucumbência, dentro dos limites definidos pela legislação municipal.

Segundo a secretária de Assuntos Jurídicos, Silvana Anizio da Silva, a criação da Câmara pretende ampliar a solução administrativa de conflitos e reduzir a necessidade de ações judiciais. “Ela abre espaço para que o Município e o cidadão encontrem, pelo diálogo, soluções consensuais para demandas que poderiam virar processos judiciais”, afirmou.

A secretária acrescentou que o mecanismo também pode contribuir para acelerar a regularização de débitos, reduzir custos e reservar a atuação judicial para os casos em que não houver possibilidade de acordo.

A Câmara ainda depende de regulamentação do Executivo para começar a funcionar efetivamente.

PREVENÇÃO

Projeto Eduardo reforça prevenção à febre maculosa entre os estudantes

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré, por meio da Secretaria Municipal de Educação, promoveu nesta sexta-feira (18) uma palestra do Projeto Eduardo – Febre Maculosa Mata, com o tema “O papel da capivara e do carrapato em áreas endêmicas de Febre Maculosa”. A atividade foi realizada na Escola Elysabeth de Mello Rodrigues, no Parque Euclides Miranda.

A iniciativa integra as ações municipais de educação, prevenção e conscientização sobre a febre maculosa, doença também conhecida como febre do carrapato. A programação busca ampliar o conhecimento da comunidade escolar sobre os fatores de risco, formas de prevenção e a importância da atenção aos sinais da doença.

A atividade está relacionada à Lei Municipal nº 7.591, de 5 de março de 2026, que instituiu o Programa Municipal Permanente de Conscientização, Prevenção e Educação sobre a Febre Maculosa. A legislação estabelece ações contínuas e integradas para diferentes faixas etárias, incluindo palestras, materiais educativos e orientações sobre prevenção, sinais de alerta, diagnóstico precoce e busca por atendimento médico.



Palestra orienta alunos sobre riscos, prevenção e sinais de alerta da febre maculosa

A lei também criou o Dia D Municipal de Conscientização da Febre Maculosa, realizado anualmente em 13 de julho, em homenagem a Eduardo Brazilino Queiroz, vítima da doença. A proposta é preservar sua memória e transformar sua história em instrumento permanente de educação, prevenção e valorização da vida.

PROJETO LEVA O NOME DE EDUARDO
O projeto de conscientização ganhou força a partir

da mobilização da família de Eduardo Brazilino Queiroz, adolescente que morreu vítima de febre maculosa. A história do jovem passou a motivar ações de informação e prevenção no município, incluindo atividades nas escolas.

A Câmara Municipal de Sumaré aprovou, em março de 2026, o projeto encaminhado pelo Executivo que posteriormente deu origem à Lei nº 7.591/2026, criando o programa permanente de conscientização e o Dia D municipal.

Para o secretário de Educação, Lucas Gomes, levar informação aos alunos é muito importante. “Levar a informação para dentro das escolas é uma forma de ampliar a prevenção e fazer com que o conhecimento chegue também às famílias. O Projeto Eduardo reforça o papel da Educação na formação de uma comunidade mais consciente, capaz de reconhecer situações de risco e buscar orientação e atendimento adequado.”

João Cleto Alves, chefe de Gabinete, ressalta a importância do projeto de Lei encaminhado à Câmara pelo Executivo. “O Projeto Eduardo transforma uma história que marcou a nossa cidade em uma ação permanente de conscientização. A aprovação da legislação e a continuidade das atividades mostram a importância de unir poder público, escolas, profissionais e comunidade para fortalecer a prevenção e preservar vidas.”

Já a secretária adjunta de Educação, Sandy Vaughan, destaca que o tema é importante e deve ser amplamente debatido nas escolas. “A escola é um espaço fundamental para disseminar informações de prevenção. Quando trabalhamos esse tema de forma clara e adequada com os estudantes, ampliamos o alcance da conscientização e fortalecemos a participação das famílias nesse cuidado.”

NESTE DOMINGO

Feira de Vinil reunirá mais de 3 mil discos no Americana Shopping

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Os apaixonados por música e por boas histórias têm um encontro marcado neste domingo (20), no Americana Shopping. Das 12h às 20h, o empreendimento recebe uma Feira de Vinil que promete uma verdadeira viagem no tempo, reunindo cinco expositores e mais de 3 mil discos, além de CDs disponíveis para compra, venda e troca.

Mais do que uma oportunidade para encontrar aquele disco especial ou garimpar raridades, a feira celebra uma cultura que marcou diferentes décadas e continua conquistando novos admiradores. Para quem viveu a época de ouro dos vinis, o evento é um convite para relembrar trilhas sonoras, artistas e momentos que ficaram na memória. Já para as novas gerações, é uma oportunidade de conhecer de perto o universo dos discos, descobrir diferen-

tes gêneros musicais e entender por que o vinil permanece tão presente entre os amantes da música.

Segundo Simone Ponce, Gerente de Marketing do Americana Shopping, a proposta é proporcionar uma experiência que conecte diferentes gerações por meio da música.

“A feira é um convite para todos os públicos. Queremos proporcionar aquele gostinho de nostalgia para quem viveu a época dos vinis, mas também despertar a curiosidade de quem está conhecendo essa cultura agora”, afirma Simone Ponce.

Com milhares de títulos reunidos em um só lugar, os visitantes poderão garimpar discos de diferentes estilos e épocas, além de CDs, e também negociar seus próprios exemplares por meio da compra, venda e troca.

A Feira de Vinil do Americana Shopping será realizada neste domingo, 20 de setembro, das 12h às 20h, com entrada gratuita.

A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo:

Edital 111/2026

ANALISTA DE SISTEMAS JÚNIOR

Para visualizar o edital, acesse:

www.funcamp.unicamp.br

Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.

HABITAÇÃO

Paulínia aprova projeto para obra de 390 casas no Residencial Nova Fontana

Decreto assinado pelo prefeito Danilo Barros autoriza conjunto habitacional no bairro Saltinho, em área de 184,6 mil metros quadrados; residencial passa a integrar política pública voltada à moradias de interesse social na cidade

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Paulínia aprovou os projetos para a construção de 390 moradias no Residencial Nova Fontana, empreendimento de interesse social previsto para o bairro Saltinho. A autorização consta no Decreto nº 9.106/2026, assinado pelo prefeito Danilo Barros (PL).

O conjunto será implantado em uma área de 184.665,63 metros quadrados. O loteamento já havia sido aprovado pelo município em novembro de 2025 e agora avança para a etapa de construção das unidades residenciais.

Do total previsto, 378 casas seguirão o chamado Pa-

drão 1, com 45,36 metros quadrados cada. Outras 12 unidades terão 51,48 metros quadrados e poderão receber adaptações quando necessário.

Somadas, as construções representarão 17.763,84 metros quadrados de área edificada.

A aprovação está vinculada às plantas, memoriais, projetos de implantação e documentos técnicos que integram o processo administrativo nº 861/2026. As obras também deverão obedecer às regras do Plano Diretor, da legislação de uso e ocupação do solo, do Código de Obras e de outras normas técnicas do município.

O decreto determina ainda que o Habite-se não será



Loteamento havia sido aprovado pelo município em 2025 e agora avança para a etapa de construção das unidades

liberado de maneira individual para cada imóvel. A autorização deverá ser emitida de uma só vez para as 390 casas.

Para isso, será necessário que o loteamento obtenha antes o Termo de Vis-

toria de Obras e a Licença de Operação, além de cumprir todas as demais exigências legais e administrativas previstas.

Durante a execução, os profissionais responsáveis terão de seguir integral-

mente os projetos aprovados, incluindo critérios relacionados à segurança, estabilidade das edificações e acessibilidade.

O Residencial Nova Fontana integra a política habitacional voltada à implan-

tação de moradias de interesse social em Paulínia. Com a publicação do decreto, o empreendimento passa a contar com a aprovação municipal específica para a construção das unidades previstas no projeto.

MEIO AMBIENTE



Ações de saneamento se somam à preservação ambiental e ajudam a reduzir impactos sobre os recursos naturais

Dia da Árvore reforça preservação da água e recursos ambientais em Sumaré

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Celebrado em 21 de setembro, o Dia da Árvore chama a atenção para a importância da preservação ambiental e do cuidado com os recursos naturais. Em Sumaré, esse tema também se relaciona à proteção da água, um recurso essencial para a população. A BRK, concessionária responsável pelos serviços de água e esgoto do município, atua na operação dos sistemas e em investimentos para ampliar e modernizar a infraestrutura de saneamento. As árvores desempenham funções

importantes para o equilíbrio ambiental. Além de contribuir para a biodiversidade, ajudam na proteção do solo, favorecem a infiltração da água da chuva e participam do ciclo hídrico. A preservação da vegetação, portanto, é uma das formas de contribuir para a conservação dos recursos naturais e da água.

No saneamento, a BRK atua em diferentes etapas para garantir o abastecimento da população, desde a captação e o tratamento até a distribuição da água. A eficiência desses processos e o uso responsável do recurso são fundamentais para a conservação dos ma-

nanciais e para a segurança do abastecimento.

A cidade também recebe investimentos para ampliar a infraestrutura de esgotamento sanitário e avançar na universalização do serviço. Entre as intervenções está a ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Tijuco Preto, que integra o conjunto de obras voltadas à expansão do tratamento de esgoto no município.

As ações de saneamento se somam à preservação ambiental e ajudam a reduzir impactos sobre os recursos naturais. Enquanto a conservação da vegetação contribui para o equi-

líbrio dos ecossistemas e para o ciclo da água, a coleta e o tratamento adequado do esgoto são fundamentais para proteger os corpos hídricos.

“Cuidar dos recursos naturais é um compromisso que envolve escolhas e ações permanentes. No saneamento, isso significa buscar cada vez mais eficiência nos processos, utilizar a água de forma responsável e trabalhar para ampliar a infraestrutura necessária para atender a população”, destaca Erick Krambeck, coordenador de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança da BRK.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

AnieRafa e Gabriel Sater cantam “Infância de interior” revisitando um Brasil profundo

Uma nova cena artística que conecta diferentes gêneros musicais, sempre guiados pelo bom gosto. AnieRafa e Gabriel Sater são cantores / compositores conectados à música de interior, do Brasil profundo, boas raízes, gerando novos frutos. Com lançamento marcado para essa sexta-feira (18) em todas as plataformas de música e videoclipe no YouTube, “Infância de Interior” nos convida a acessar memórias de nossas origens, olhar para dentro, lembrar da vida e de que é sempre tempo de apreciar uma boa canção.

“Infância de interior” é uma dessas canções que nascem diretamente do coração, é uma memória viva, que pode ser nossa ou de nossos antepassados. “Quando lembro da minha infância de rio, chego a escutar o assobio que o pai fazia pra gente entrar”. A cena da brincadeira ao ar livre, corpo livre, tempo livre, até o entardecer, onde as imaginações criavam todo tipo de realidade e os brinquedos eram feitos em casa.

“Nasci num rancho de barro feito com as mãos” nos lembra que na infância, o valor dos objetos, das conquistas, não es-

tá no preço, mas na companhia, no aprendizado e no poder de conseguir fazer com as próprias mãos, ao lado de quem amamos. Na canção, Ani, Rafa e Gabriel, os músicos Rafael Schmidt, Rafael Beck, Pedro Macedo e Everton Reis trazem a força de um mutirão, onde toda a comunidade se une para realizar algo por um companheiro e todos se nutrem com as realizações de cada indivíduo.

Gabriel Sater com sua personalidade doce e forte, além de sua história familiar que inspira todos os brasileiros através do escancaramento do Brasil profundo em forma de canção, de atitude e de poesia, foi o convidado perfeito de AnieRafa para a realização dessa obra, cantando de maneira alternada e nos levando ao êxtase quando unem as três vozes em momentos pontuais e emocionantes.

Inovando com responsabilidade e respeito a quem veio antes, AnieRafa trazem novas composições ao cenário musical da atualidade, cantando, neste lan-



çamento, uma obra dos compositores Rafael Schmidt e Gilberto Lamaison, autores que mostram que a poesia, a memória e a boa música está viva, acessível, potente e moderna.

ANIERAFA

Casal na vida e na arte, AnieRafa exploram a riqueza da música instrumental e vocal brasileira, trazendo o interior para o centro do palco com sofisticação e respeito às raízes. Em sua discografia, a dupla possui “Interior” (2021), “Música de Interior” (2021), “Pés na Terra” (2024), “Braços Abertos” (2024), o EP “Águas Cai-piras” (2025) e o EP “Ao Vivo em Araras” (2026) disponíveis em plataformas digitais, que revelam uma narrativa que conecta as raízes interioranas à diversidade musical brasileira e latino-americana.

Além de se apresentarem em shows pelo o Brasil, eles também se dedicam a ministrar oficinas e palestras para crianças, jovens e adultos, incentivando a formação de novos públicos e maior conhecimento da música.

ELEIÇÕES 2026

Sumaré e Hortolândia mobilizam 3,7 mil mesários voluntários nas eleições

Em Sumaré, 1.999 pessoas se apresentaram espontaneamente para trabalhar na votação, enquanto Hortolândia contará com outras 1.731 no 1º turno; Justiça Eleitoral considera grupo parte importante na organização prática de mais um pleito

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré e Hortolândia terão juntas 3.730 mesários voluntários trabalhando no primeiro turno das eleições de 2026, marcado para 4 de outubro. O maior contingente está em Sumaré, onde 1.999 pessoas se colocaram à disposição da Justiça Eleitoral. Em Hortolândia, são 1.731 voluntários.

A quantidade de participantes mostra a dimensão da estrutura necessária para que a votação aconteça nas duas cidades. Os mesários ficam responsáveis pelo atendimento dos eleitores e pela rotina das seções durante todo o período em que as urnas permanecem abertas.

Em Sumaré, o número se aproxima de 2 mil voluntários mobilizados para o pleito. Hortolândia também terá uma participa-



Somente em Sumaré e Hortolândia, serão quase 4 mil voluntários distribuídos entre as seções eleitorais

ção alta, com mais de 1,7 mil pessoas atuando diretamente nos locais de votação. O trabalho começa antes mesmo da chega-

da do primeiro eleitor. As equipes precisam preparar as seções, conferir os materiais e seguir as orientações da Justiça Eleitoral

para que a votação seja iniciada corretamente.

Ao longo do dia, os mesários fazem a identificação dos eleitores, organi-

zam o fluxo dentro das salas e acompanham os procedimentos ligados ao uso da urna eletrônica. Também são responsáveis por

registrar ocorrências e seguir os protocolos previstos para cada situação.

A adesão voluntária reduz a necessidade de convocação de pessoas que não haviam demonstrado interesse prévio em participar. Para a Justiça Eleitoral, esse grupo representa uma parte importante da organização prática da eleição.

Somente em Sumaré e Hortolândia, serão quase 4 mil voluntários distribuídos entre as seções eleitorais. A atuação conjunta dessas pessoas permitirá que a votação ocorra simultaneamente em diferentes bairros e locais preparados para receber os eleitores.

O primeiro turno das eleições será realizado em 4 de outubro de 2026. Até lá, os mesários selecionados passam pelas orientações necessárias para exercer as funções previstas no dia da votação.

FUMDEC

Prefeitura de Sumaré cria comissão para gerir recursos do Fundo Municipal da Defesa Civil

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré criou e nomeou a Comissão Gestora do Fundo Municipal da Defesa Civil (FUMDEC), instrumento destinado ao fortalecimento da estrutura municipal de Defesa Civil. A medida está prevista no Decreto Municipal nº 12.908, de 9 de dezembro de 2025.

O FUMDEC está vinculado à Diretoria Municipal da Defesa Civil, atualmente integrada ao Gabinete do prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos), e terá

sua gestão acompanhada pela comissão constituída conforme estabelece o artigo 3º do decreto municipal.

A criação da Comissão Gestora estabelece uma estrutura específica para a administração do fundo, contribuindo para a organização dos procedimentos relacionados aos recursos destinados às ações de Defesa Civil no município.

A medida integra o processo de fortalecimento da atuação da Prefeitura em prevenção, preparação, resposta e enfrentamento de situações de emergência e desastres, áreas

que exigem planejamento e atuação coordenada do poder público.

A Comissão Gestora do FUMDEC será composta pelos membros nomeados no ato oficial, ficando a presidência sob responsabilidade do primeiro integrante relacionado na composição.

RELEVÂNCIA

Conforme estabelecido no ato de nomeação, os serviços prestados pelos integrantes da Comissão Gestora do FUMDEC serão gratuitos e considerados relevantes para o município.



Medida integra atuação da Prefeitura em situações de emergência e desastres



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Aposentadoria do professor terá novas exigências em 2027

Regras de transição previstas na Reforma da Previdência terão aumento de pontuação e de idade mínima a partir de janeiro

Professores que estão próximos de se aposentar pelo INSS devem ficar atentos às mudanças que entram em vigor em 1º de janeiro de 2027. As alterações atingem duas regras de transição da aposentadoria do professor: a regra dos pontos e a idade mínima progressiva.

As mudanças já estavam previstas na Emenda Constitucional 103/2019 e ocorrem de forma gradual, sem representar uma nova Reforma da Previdência.

REGRA DOS PONTOS

A partir de 2027, será necessário atingir:

- 89 pontos para professoras;
- 99 pontos para professores.

A pontuação resulta da soma entre idade e tempo de contribuição. Também é necessário comprovar 25 anos de contribuição para mulheres e 30 anos para homens, em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.

Em 2026, a exigência é de 88 pontos para mulheres e 98 para homens. Assim, quem não completar os requisitos até o

final deste ano ficará sujeito à pontuação maior em 2027.

IDADE MÍNIMA PROGRESSIVA

Outra regra que será alterada é a da idade mínima progressiva.

Em 2027, serão exigidos:

- 55 anos de idade e 25 anos de contribuição no magistério para mulheres;
- 60 anos de idade e 30 anos de contribuição no magistério para homens.

Em 2026, os requisitos são de 54 anos e 6 meses para mulheres e 59 anos e 6 meses para homens.

NEM TODAS AS REGRAS MUDAM

O aumento dos requisitos não atinge todas as formas de aposentadoria do professor.

Na regra do pedágio de 100%, por exemplo, não há aumento anual da idade. Para quem se enquadra nessa modalidade, permanecem os requisitos de 52 anos para mulheres e 55 anos para homens, além do tempo mínimo de contribuição e do pedágio correspondente ao período que faltava em 13 de novembro de 2019.

Também deve ser observado o direito adquirido. Quem já havia preenchido os requisitos para aposentadoria antes da Reforma pode preservar o direito pelas regras anteriores.

E QUEM COMEÇOU A CONTRIBUIR DEPOIS DA REFORMA?

Professores que ingressaram no RGPS após a Reforma da Previdência não se enquadram nas regras de transição. Nesses casos, devem ser observados os requisitos da aposentadoria programada do professor. Por isso, a mudança de 2027 não significa que todos os professores terão as mesmas exigências. O direito depende da data de ingresso no sistema, do tempo de contribuição e da regra previdenciária aplicável.

ATENÇÃO AOS PERÍODOS DE MAGISTÉRIO

Para obter a aposentadoria diferenciada do professor, não basta trabalhar em uma escola. É necessário comprovar o exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, conforme a legislação previdenciária.

Quem está próximo de cumprir os requisitos deve conferir o CNIS e os documentos que comprovam os períodos de magistério, principalmente antes de decidir se é mais vantajoso requerer o benefício ainda em 2026 ou aguardar 2027.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

AUTOR DO TEXTO



Júlio José Campigli

Cronista e
Diretor da Pró-Memória

Djacir Sanguini



Silvana Menuzzo Sanguini e Djacir Sanguini



FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

Djacir Sanguini

Um cidadão com intensa participação na sociedade sumareense em vários setores de atividades, tais como jurídica, cultural, social, sempre com muita dedicação, altruísmo, eficiência e eficácia.

Trata-se de DJACIR SANGUINI nascido em Jundiá/SP, em 27 de julho de 1944, filho de Antônio Sanguini e Geny Dias Sanguini.

Foi casado com Silvana Maria Menuzzo Sanguini (in memoriam) e deste enlace formaram uma família com duas filhas: Marcela Menuzzo Sanguini e Rachel Menuzzo Sanguini.

Djacir iniciou seus estudos no “jardim de infância” (atualmente educação infantil) e logo após completou seus estudos de ensino fundamental na EE Prof. André Rodrigues de Alkmin, em Sumaré. Continuou seus estudos no ensino médio na Escola Técnica de Comércio da Academia São Luís, em Campinas.

Como seu objetivo era cursar o ensino superior, fez vestibular e ingressou no Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e logo após a conclusão do Curso, foi

aprovado no Exame da Ordem dos Advogados (OAB/SP), sendo inscrito na 131ª Subseção da OAB/Sumaré.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Inicialmente Djacir, conhecido na cidade como “Di Sanguini”, foi “office boy” no extinto Banco Cooperativa Rural do Brasil (Banco Rural), criado

pela família Zacarchenco, com agência na Rua Antônio do Valle Mello, entre a Rua 7 de setembro de Antônio do Valle Mello.

Foi o primeiro Secretário de Escola da EM. Dr. Leandro Franceschini para o Curso de Técnico de Contabilidade e Administração, aprendiz no Escritório de Contabilidade do Clodoaldo Frutuoso(Dinho), num

prédio na primeira quadra da Rua 7 de Setembro à esquerda de quem sobe.

Ele concluiu diversos Cursos de Profissionalização (Lei de Loteamentos. Licitação, Dívida Ativa), foi Diplomado pela Associação da Escola Superior de Guerra - ADESG.

Por alguns anos militou no Cartório de Notas e Registro Civil de Sumaré, como Auxiliar, Escre-

vente Habilitado, Oficial Maior no Cartório de Notas, Registro Civil, Distribuidor e Partidor na então Comarca de Campinas.

Com a conclusão do Curso de Direito da PUC, começou a exercer a função de advogado de forma autônoma, sendo Assessor Jurídico da Diretoria da Auto- Viação Ouro Verde de Sumaré.

Na área pública foi Procurador Jurídico da Municipalidade de Sumaré, Diretor do Departamento Jurídico da Municipalidade de Sumaré, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (COPEL) e Presidente da Comissão de Regularização de Loteamentos, em convênio com o CEPAM e Ministério Público de São Paulo.

PARTE SOCIAL

Djacir foi Vice-Presidente da Subseção da OAB/SP em Sumaré, por duas vezes durante a

gestão do Dr. José Carlos Martins; Foi Vice-Presidente do Clube Recreativo Sumaré, na gestão do Prof. Alaerte Menuzzo; no mesmo clube foi Diretor Social em várias gestões.

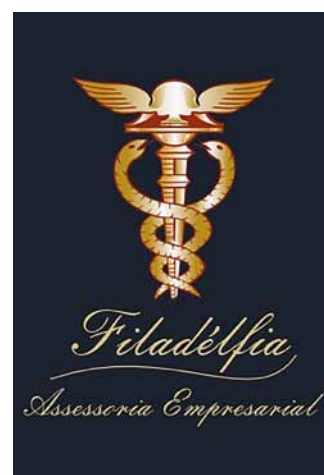
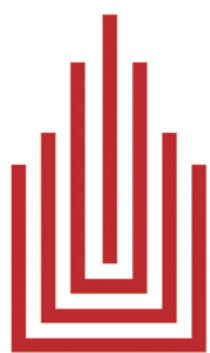
Foi participante e Membro do Projeto Rondon- Missão de Trabalho no Estado do Acre na cidade de Cruzeiro do Sul.

Laureado com o título de Decano pela Subseção da OAB/Sumaré.

Ex-membro do Lions Clube de Sumaré onde chegou a ser Presidente por uma gestão.

É membro ativo até o presente da Loja Maçônica Universo de Campinas.

A Associação PRÓ-MEMÓRIA de Sumaré parabeniza o ilustre cidadão pelos serviços prestados para a sociedade, como um verdadeiro cidadão sumareense, pelos trabalhos realizados em benefício de nossa população.



BOA PROSA Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa

(19) 97110-5606

CAMPANHA DE NATAL DA ACIAS



Nestor Geraldo Duarte foi presidente da ACIAS em dois mandatos, de 1993 a 1996. No seu governo a entidade promovia campanhas de final de ano, com farta distribuição de prêmios. Nesta foto vemos um sorteio realizado na Avenida Sete de Setembro, que era acompanhado pela população. Nestor está no centro do registro; ao seu lado vemos Vilson Oschin Alves e Armando Ozetti Filho.

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI



José Aristodemo Pinotti era médico. Foi reitor da UNICAMP de 1982 a 1986, Secretário Estadual da Educação e Deputado Federal. Fez diversas visitas a Sumaré, entre elas a retratada acima, no primeiro governo de José De Nadai (1983 a 1988). Neste registro ele discursa, ao lado de José De Nadai e José De Nadai Filho.

DOMINGOS GUERREIRO

Domingos Carlos Guerreiro é empresário em nossa cidade. Boa parte de seu tempo dedicou a entidades da comunidade, como a ACIAS, e à vida política.

Participou e presidiu diretórios de partidos políticos de nossa cidade. Também foi Secretário de Planejamento do primeiro governo de Antônio Dirceu Dalben (1997-2000).



ALBERTINA SILANO



Albertina Silano, que vemos nesta fotografia acompanhada do filho Rafael Silano Jr., era a esposa de Rafael Silano, dono de uma empresa localizada na Vila Valle, chamada “Torrefação e Moagem de Café Sertanejo”. Era uma das principais empresas do gênero da região. Além de Rafael Jr., o casal teve outro filho: Wilson Silano.

REINAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO



A primeira restauração da Estação Ferroviária foi feita no primeiro governo de José De Nadai (1983 a 1988), mais precisamente em dezembro de 1986. Depois disso aconteceram mais duas, nos governos de Antônio Dirceu Dalben e José Antonio Bacchim. Hoje a Estação encontra-se novamente necessitando de uma restauração. O atual prédio foi construído pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1915. Na foto, a cerimônia que marcou a primeira reinauguração, com uma locomotiva a vapor.

TENENTE DUREZA



Tenente Dureza era o apelido da pessoa que vemos no lado direito desta foto da década de 1950. Era um militar aposentado que veio morar em Sumaré. Era uma pessoa muito conhecida e popular na cidade. Infelizmente não sabemos seu nome correto e nem que destino teve. Nesta foto está acompanhado de Djacir Sanguini (Dí) e Florivaldo Pereira de Barros.

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

De Capivari de Cima (1820) a Freguesia de Água Choca (1832)



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Dezenho de Nazário Eugênio Malaquias

Entre 1820 e 1832, a nossa região viveu uma fase de transição que unia grandes marcos nacionais e transformações locais. Logo no início desse período tivemos a proclamação da Independência do Brasil em 1822, enquanto o seu desfecho foi marcado pela elevação da antiga Capela Curada de Nossa Senhora do Patrocínio de Capivari de Cima à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca (1832), vinculada à vila de Itu. Durante alguns anos, os documentos alternavam entre as duas denominações, refletindo a mudança administrativa e religiosa que se consolidaria em 1835, quando a paróquia foi oficialmente instituída.

A paisagem era dominada por vastas matas, com poucas áreas abertas em torno do povoado, o que explica a escassez de registros de compra e venda de terras. O primeiro documento encontrado data de 1831, em Monte Mor, relatando a venda de um sítio com

casas e engenho denominado Santa Cruz por nove mil cruzados, sem especificar a área da propriedade. A economia era modesta, baseada em produtos agropecuários e sustentada pelo trabalho escravo. Há registros de hipotecas envolvendo escravos como garantia de pagamento, além de documentos sobre alforrias, revelando tanto a dureza da vida rural quanto os primeiros sinais de transformação social.

O cotidiano era simples e exigente. As famílias viviam em pequenas propriedades

cercadas por mata fechada, dependiam da agricultura de subsistência e da criação de animais, e o comércio era limitado. O isolamento geográfico obrigava os moradores a serem autossuficientes, cultivando alimentos básicos e utilizando engenhos para processar produtos como a cana-de-açúcar. Os poucos produtos vindos de fora chegavam pelas tropas e tropeiros que cruzavam a região de tempos em tempos. Esse isolamento era agravado pela completa ausência de estradas bem estruturadas.

Os caminhos eram apenas trilhas abertas na mata, muitas vezes alagadas ou tomadas por raízes e pedras, o que dificultava o transporte de mercadorias e o deslocamento das pessoas. A falta de vias de comunicação tornava a vida ainda mais restrita, reforçando a dependência da comunidade em seus próprios recursos e aumentando a sensação de distância em relação às vilas maiores.

Nesse cenário, a vida religiosa desempenhava papel central. A capela era o coração da comunidade, funcionando co-

mo espaço de culto e também de encontro social. O padre José Joaquim de Quadros Leite, capelão curado durante boa parte desse período, foi figura essencial na organização espiritual e comunitária. Festas religiosas, procissões e missas reforçavam os laços entre famílias e fortaleciam a identidade local. A fé era não apenas um elemento espiritual, mas também um recurso de união e resistência diante das dificuldades impostas pela geografia e pela falta de infraestrutura.

Enquanto isso, grandes acontecimentos nacionais e internacionais, como a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pela Cisplatina ou mesmo a outorga da primeira Constituição brasileira em 1824, tiveram pouca repercussão na rotina tranquila da região. A vida seguia marcada pela fé, pelo trabalho rural e pela lenta formação das estruturas sociais e administrativas que moldariam o futuro da freguesia. A ausência de estradas e a dificuldade de comunicação com centros urbanos maiores faziam com que notícias chegassem com atraso, muitas vezes semanas ou meses depois dos acontecimentos. Assim, o povoado vivia quase em um tempo próprio, onde as transformações nacionais eram percebidas apenas de forma indireta.

A comunidade, apesar de pequena e isolada, demonstrava grande capacidade de adaptação. O trabalho coletivo, a solidariedade entre vizinhos e a força da religiosidade eram elementos que garantiam a sobrevivência e a continuidade da vida local. A cada procissão ou celebração, reforçava-se o sentimento de pertencimento e de resistência diante das adversidades. O povoado crescia lentamente, mas com firmeza, construindo sua história a partir da realidade concreta de suas terras, de seus engenhos e de sua fé.

Assim, entre a independência política do país e a consolidação da vida comunitária, a Capela Curada de Capivari de Cima construiu sua própria trajetória, feita de resistência, religiosidade e adaptação às condições locais. A falta de estradas e o isolamento não impediram que a comunidade se fortalecesse; ao contrário, moldaram um modo de vida singular, marcado pela simplicidade, pela fé e pela perseverança. Essa experiência histórica revela como, mesmo em meio às dificuldades, os habitantes souberam criar raízes e dar início a uma freguesia que, pouco a pouco, se tornaria parte integrante da história regional e nacional.

Ilustração: Desenho imaginário de Nazário Eugênio Malaquias mostrando o início de Capivari de Cima.

ARCÍLIO PINTO



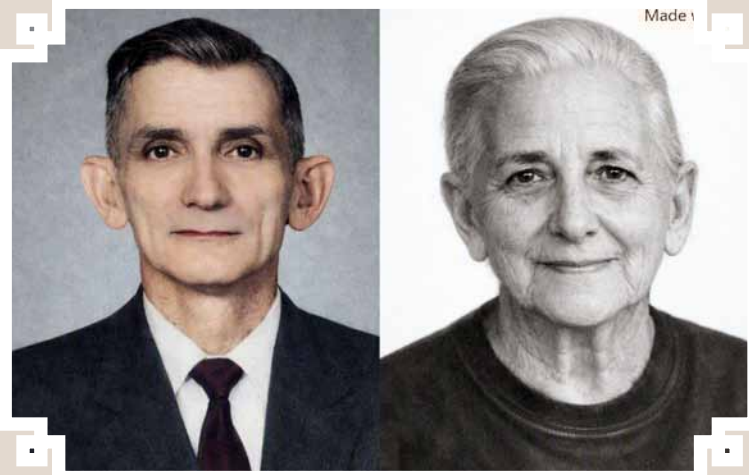
Arcílio Pinto nasceu em 13 de agosto de 1916, na cidade de Pedreira, São Paulo, Brasil, fruto da união de Etelvino Pinto de Oliveira, então com 38 anos, e Anna Majello, com 32 anos. Desde cedo, destacou-se por sua integridade, dedicação e espírito trabalhador, valores que marcaram sua trajetória de vida. No dia 31 de julho de 1943, em Monte Mor, São Paulo, uniu-se em matrimônio com Carolina Pontin, formando uma parceria sólida e amorosa. Juntos construíram uma família pautada pelo respeito, carinho e responsabilidade, sendo abençoados pelos vários filhos que receberam dele exemplos de bondade, perseverança e generosidade. Está sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

MARGARIDA BATISTA TREVISAN



Margarida nasceu em Monte Mor, no dia 30 de dezembro de 1931, e faleceu em 23 de março de 2019. Casou-se com Nercio Trevisan, com quem compartilhou uma vida de amor e companheirismo. O casal viveu por muitos anos em Monte Mor, onde construiu sua história e deixou lembranças queridas. Margarida repousa no Cemitério Municipal de Monte Mor.

JACINTO E HERMANTINA



Jacynto France nasceu em 13 de novembro de 1911, em Monte Mor, São Paulo, Brasil, filho de Domingos France e Carlota Moretto. Homem íntegro, trabalhador e de coração generoso, dedicou sua vida à família e à comunidade, sendo lembrado por sua humildade e espírito acolhedor. Faleceu em 19 de agosto de 1998, aos 86 anos, deixando um legado de amor e respeito. Foi casado com Hermantina Pacheco France, nascida em 27 de março de 1914, também em Monte Mor, filha de Martiniano Pacheco de Toledo e Thereza Maria de Jesus. Mulher de fé, bondade e dedicação, Hermantina foi exemplo de ternura e força, sempre guiando sua família com carinho e firmeza. Faleceu em 15 de novembro de 1985, aos 70 anos, sendo lembrada com profunda saudade. Juntos construíram uma linda família, abençoada com vários filhos, que herdaram deles o exemplo de honestidade, trabalho e união. Ambos repousam lado a lado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

TRADICIONAL FAMÍLIA TIZZIANI



Esta fotografia retrata a tradicional família Tizziani, cuja trajetória se entrelaça com a história e o desenvolvimento da cidade de Monte Mor. Descendentes de imigrantes italianos oriundos de Treviso, na região do Vêneto, Itália, os Tizziani trouxeram consigo valores de trabalho,

união e fé que marcaram gerações. O patriarca Guisepe Luigi Tizziani, nascido em Treviso, chegou ao Brasil movido pelo sonho de construir uma nova vida. Aqui, uniu-se em matrimônio com Maria Luígia Parisotto, também de origem italiana, formando uma numerosa família que se tornou símbolo de perseverança e contribuição comunitária. Ao longo dos anos, seus descendentes participaram ativamente da vida social, econômica e cultural de Monte Mor, ajudando a moldar o caráter acolhedor e progressista da cidade. Esta imagem, além de um registro familiar, é um testemunho da força das raízes italianas que continuam presentes na memória e na identidade local.